

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

LAURA TELLES MEDEIROS

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Laura Telles Medeiros; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-121-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2, 2025. Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

O Grupo de Trabalho de Pôsteres 3 - Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais e direito agrário e agroambiental durante o VIII Encontro Virtual do CONPEDI contou com a apresentação de 12 pôsteres com temáticas diversas que dialogam com os desafios atuais do Direito Ambiental, da Justiça Climática e dos Direitos Humanos. Ao reunir estudantes de graduação e pós-graduação, neste GT, de diferentes estados brasileiros, o evento fortalece a troca de experiências, valoriza a produção científica em fase inicial e estimula o protagonismo estudantil em pesquisas voltadas para temas contemporâneos e socialmente relevantes. Essa plataforma virtual amplia o alcance e a diversidade das discussões, permitindo que vozes regionais e perspectivas locais ganhem espaço no cenário jurídico-acadêmico nacional.

A seguir, destacam-se os principais objetivos e enfoques de cada trabalho, conforme seus respectivos autores.

O pôster intitulado “A (In)Suficiência do Estado Sancionador na Contenção de Danos Ambientais: Breve estudo da jurisprudência do TJMG”, de autoria de Letícia Caroline Cardoso Trezza, apresenta uma análise empírica sobre a eficácia da atuação repressiva do Estado na proteção ambiental, destacando que, apesar de haver instrumentos legais robustos (como as Leis nº 9.605/1998 e nº 7.347/1985), a responsabilização estatal tem se mostrado limitada.

As autoras Julia Nobre Colnaghi e Francielle Benini Agne Tybusch, no pôster “A Comunicação de Risco e os Desastres Climáticos em Santa Maria – RS: Lições Locais e Globais”, analisam criticamente a comunicação de risco prevista no Plano de Contingência de Santa Maria/RS, identificando suas fragilidades e propondo melhorias baseadas em estratégias nacionais e internacionais para a gestão de desastres, a fim de promover uma resposta mais eficaz à população em eventos climáticos extremos.

O pôster “A Crise Ambiental e os Desastres Naturais no Estado do Pará (2001–2024)”, de Emerson Regis Maciel, discute os principais tipos de desastres ambientais naturais que ocorreram no Estado do Pará nas últimas décadas.

A autora Ana Clara de Freitas Mendes, no pôster “A Eficácia das Áreas de Proteção Ambiental na Preservação do Cerrado”, analisa a contribuição das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para a conservação do bioma Cerrado, bem como os principais desafios enfrentados na sua gestão.

Em “A Finalidade Secundária da Fiscalização Tributária frente às Normas Ambientais”, Gabriella Letícia Teixeira Santos investiga de que forma a atuação fiscal tributária pode contribuir para a efetividade da proteção ambiental, explorando seus limites jurídicos e finalidade normativa.

O pôster “A Responsabilidade Jurídica das Marcas de Moda frente à Sustentabilidade: Entre o Greenwashing e a Transparência nas Cadeias Produtivas”, de Eduarda Lopes Bolela, busca analisar a responsabilidade jurídica das marcas de moda diante da crescente demanda por sustentabilidade e transparência nas suas cadeias produtivas.

Em “Arborização Urbana e Direito Fundamental ao Meio Ambiente: Um Estudo de Caso na Cidade de Goianésia – GO”, Edileusa da Silva Peres tem como objetivo promover e ampliar a arborização urbana na cidade, visando à melhoria da qualidade ambiental, do bem-estar da população e à sustentabilidade urbana.

Os autores Welington Oliveira de Souza dos Anjos Costa e Luís Eduardo de Souza Zanato, no pôster “Biodireito e Bioética na Perspectiva dos Direitos Humanos: A Utilização da Técnica CRISPR/Cas9 como Forma de Prevenção de Doenças Genéticas”, analisam os limites éticos e jurídicos do uso da técnica de edição genética CRISPR/Cas9, considerando os riscos e benefícios da sua aplicação na prevenção de doenças hereditárias.

O pôster “Combate ao Greenwashing: A Problemática da Falta de Regulamentação e a Proteção do Consumidor no Brasil com Base no Direito à Informação e o Princípio da Transparência”, de Lislene Ledier Aylon Pietra Ferreira Barcelos, analisa as práticas de greenwashing e os direitos dos consumidores afetados pela ausência de regulamentação das informações em embalagens e campanhas publicitárias.

José Cláudio Junqueira Ribeiro e Luana de Jesus Rossi, no pôster “Consumo de Água e Energia na Pegada Ambiental em Escolas Públicas”, propõem o diagnóstico do consumo per capita de água e energia em escolas públicas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a redução das pegadas hídricas e energéticas, promovendo a educação ambiental nos termos do art. 225, §1º, VI, da Constituição Federal de 1988.

Em “Desafios na Comunicação de Risco: Uma Revisão do Plano de Contingência de Santa Maria/RS após a Inundação de 2024”, Francielle Benini Agne Tybusch e Katana do

Nascimento discutem a importância da comunicação de risco como ferramenta estratégica para a proteção de populações vulneráveis, analisando a experiência concreta da cidade de Santa Maria frente à emergência ambiental.

O pôster “Desapropriação para Fins Ambientais: A Criação de Unidades de Conservação e a Efetividade das Políticas Públicas”, de Enéas Cardoso Neto, analisa os fundamentos jurídicos e os limites da desapropriação para fins ambientais no ordenamento jurídico brasileiro, com atenção especial à criação de Unidades de Conservação e à efetividade das políticas públicas decorrentes desse processo.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura,

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch

Profa. Me. Laura Medeiros

Prof. Dr. Paulo Joviniano

A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DAS MARCAS DE MODA FRENTE À SUSTENTABILIDADE: ENTRE O GREENWASHING E A TRANSPARÊNCIA NAS CADEIAS PRODUTIVAS.

Rogério Borba¹
Eduarda Lopes Bolela

Resumo

INTRODUÇÃO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade jurídica das marcas de moda frente à crescente demanda por sustentabilidade e transparência em suas cadeias produtivas. Cenário em que o comportamento dos consumidores está cada vez mais voltado para valores éticos, ambientais e sociais, impulsionados pelas diretrizes de ESG, muitas empresas do setor de moda buscam alinhar sua imagem a essas expectativas. No entanto, essa busca nem sempre reflete práticas reais, dando origem ao fenômeno do greenwashing — estratégias de marketing que simulam compromisso ambiental sem mudanças concretas.

Diante disso, este estudo propõe investigar de que maneira o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no âmbito do Direito do Consumidor e do Direito Ambiental, tem tratado essas situações, avaliando os mecanismos legais disponíveis para coibir práticas enganosas e fomentar a efetiva transparência. Por meio de uma abordagem qualitativa e hermenêutica, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, busca-se contribuir para o fortalecimento da responsabilidade jurídica das marcas de moda no fortalecimento de um arcabouço jurídico que garanta maior responsabilidade e ética no setor da moda.

PROBLEMA DE PESQUISA: O problema central desta pesquisa consiste em analisar como o ordenamento jurídico brasileiro trata a responsabilidade das marcas de moda diante das alegações de sustentabilidade que estão vinculadas.

Em um cenário de crescente valorização das práticas sustentáveis por parte dos consumidores e da sociedade, Brasil em relação à sustentabilidade, investigando os mecanismos legais existentes para prevenir e responsabilizar práticas de greenwashing e para fomentar a transparência em suas cadeias produtivas, muitas marcas buscam alinhar sua imagem aos princípios de ESG (Environmental, Social and Governance). No entanto, essa busca por aceitação no mercado nem sempre se traduz em ações reais e consistentes, o que levanta a preocupação com práticas de greenwashing, caracterizadas pela divulgação de discursos e iniciativas supostamente sustentáveis que não correspondem à realidade de suas operações. O problema investigado é compreender de que forma o direito brasileiro, especialmente por meio do direito do consumidor e do direito ambiental, pode responsabilizar juridicamente as marcas que adotam o greenwashing e, ao mesmo tempo, incentivar a transparência em suas

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

cadeias produtivas como um dos pilares da sustentabilidade no setor da moda, especialmente no que se refere à transparência em suas cadeias produtivas. Tal conduta evidencia a distância entre o discurso sustentável promovido por essas marcas e suas práticas efetivas, revelando a urgência de mecanismos jurídicos capazes de coibir o greenwashing e promover um compromisso real com a sustentabilidade.

MÉTODO: A presente pesquisa adota uma abordagem exploratória e qualitativa, tendo em vista a complexidade e a contemporaneidade do tema proposto: a responsabilidade jurídica das marcas de moda frente às alegações de sustentabilidade, o greenwashing e a transparência nas cadeias produtivas. O caráter exploratório da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre uma temática ainda em desenvolvimento no cenário jurídico brasileiro, buscando identificar, mapear e compreender os principais aspectos legais e práticos relacionados ao comportamento das marcas diante das exigências de sustentabilidade.

OBJETIVOS: O objetivo central dessa pesquisa é analisar a responsabilidade jurídica das marcas da moda no Brasil em relação à sustentabilidade, investigando os mecanismos legais existentes para prevenir e responsabilizar práticas de Greenwashing e para fomentar a transparência em suas cadeias produtivas.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Embora ainda em fase de desenvolvimento, observa-se uma significativa irresponsabilidade social por parte de muitas empresas do setor da moda, especialmente no que se refere à transparência em suas cadeias produtivas. Tal conduta evidencia a distância entre o discurso sustentável promovido por essas marcas e suas práticas efetivas, revelando a urgência de mecanismos jurídicos capazes de coibir o greenwashing e promover um compromisso real com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Greenwashing, Sustentabilidade na moda, Greenwashing, Responsabilidade socioambiental

Referências

ARAÚJO, Thiago Cássio D'Ávila. Ecoturismo ou Greenwashing? Revista ECO 21. Edição 129. Agosto de 2007. Disponível em <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1607>. Acesso em 19/04/25.

DIAS, R.; ZENONE, L. C. Marketing Sustentável: Valor social, economico e mercadológico. Sao Paulo: Atlas. 2015.

SOLER, Fabrício; PALERMO, Caroline. ESG (ambiental, social e governança): da teoria à prática. São Paulo: SaraivaJur. 2023.